

Os senadores deverão votar, também, dois decretos legislativos que aprovam acordos internacionais firmados pelo Brasil

Congresso reúne-se hoje com 27 MPs na pauta

Em sessão marcada para as 19h, o Congresso Nacional deverá apreciar 27 medidas provisórias. Entre elas está a MP que estabelece novos critérios para o cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

PÁGINA 3

Senado vota piso salarial para médicos e dentistas

Outra matéria na pauta é a proposta de emenda constitucional que define os poderes das comissões parlamentares de inquérito, a ser votada em segundo turno



CRE examina criação de agência de inteligência

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) delibera hoje sobre o projeto do Executivo que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Abin – Agência Brasileira de Inteligência. O novo órgão tem como objetivo obter e analisar dados julgados relevantes para os interesses da sociedade e do Estado.

O Senado deverá examinar, na sessão de hoje, projeto de lei da Câmara que atualiza monetariamente o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, instituído em 1961. O valor proposto é de R\$ 988,41.

Os senadores também deverão votar, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição que define os poderes das comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Outras duas propostas submetem ao Senado textos de acordos internacionais.

PÁGINA 3



DESEMBARGADOR SERÁ OUVIDO NA QUINTA-FEIRA

O desembargador Odiles de Freitas Souza, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, será ouvido na próxima quinta-feira, às 10 horas, pela CPI do Judiciário. Odiles foi acusado pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no início de setembro, de ter ligações com o narcotráfico.

PÁGINA 4

CRE vota sistema nacional de inteligência

Em reunião prevista para as 17h30 de hoje, a Comissão de Relações Exteriores também examinará o Convênio de Cooperação Educativa, assinado em 1997 entre os governos do Brasil e da Argentina

Projeto de lei do Executivo que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) será apreciado hoje, às 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores.

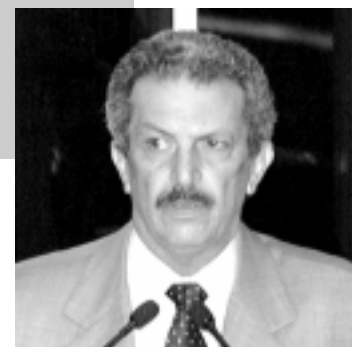
A Abin, de acordo com o projeto, será um órgão de assessoramento direto do presidente e terá a atribuição de executar ações, inclusive sigilosas, relacionadas com

a obtenção e análises de dados atinentes à segurança do Estado e da sociedade. A matéria foi relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), que recomendou a sua aprovação.

Tuma acrescentou ao texto original emenda determinando que os líderes das bancadas majoritária e minoritária da Câmara e do Senado participarão do órgão de controle

externo das atividades de inteligência. Ele rejeitou três emendas apresentadas por José Eduardo Dutra (PT-SE), que pretendia, entre outras alterações, extinguir os cargos em comissão criados na Abin. De acordo com o relator, a natureza do trabalho a ser executado impõe a necessidade de que ele seja norteador por critérios de confiança, próprios dos cargos em comissão.

Relator do projeto que cria a Abin, Tuma incluiu no texto a possibilidade de controle externo da agência



A comissão, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), também deve deliberar sobre Convênio de Cooperação Educativa, celebrado entre o Brasil e a Argentina, em novembro de 1997.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

19h — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Votação em segundo turno da PEC nº 65/99, que altera a redação do § 3º do art. 58 da Constituição Federal para acrescentar poderes às Comissões Parlamentares de Inquirição; *PLC nº 24/98, que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas; *PLC nº 39/99, que denomina "Ponte Ivan Alcides Dias" a obra de arte especial localizada no município de Camaquã (RS); *PDL nº 87/98, aprovando ato que renova a concessão da Rádio Difusora Santarritense Ltda., de Santa Rita do Sapucaí (MG); *PDL nº 88/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba (GO); *PDL nº 43/99, aprova o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul, assinado em Fortaleza, e respectivo anexo, assinado em Assunção; *PDL nº 124/99, aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA); *PDL nº 134/99, aprova a adesão do Brasil ao texto do acordo de cooperação entre as repúblicas Popular da Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Popular de Moçambique, Portuguesa e Democrática de São Tomé e Príncipe, no domínio do esporte; *PDL nº 162/99, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Agripino Lima para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Presidente Prudente (SP); e *Requerimento nº 574/99, do senador Pedro Piva, solicitando que sobre o PLC nº 60/95, que institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de medidas provisórias. *Planário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Ofício "S" 30/99, relativo ao pedido da prefeitura municipal de Três Palmeiras (RS) para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento ao Programa de Melhoria Social (Fundopimes) administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (Banrisul), no valor de R\$ 112,4 mil a preços de 30.10.98, destinada a investimentos em equipamentos rodoviários; *PR nº 41/99, altera a Resolução nº 96, do Senado, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito interno e externo; *PLC nº 3/98, dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS); *PLC nº 55/97, dispõe sobre a emissão de valores mobiliários representativos de dívidas de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos estados, Distrito Federal e municípios; *PLC nº 11/98, regulamenta o parágrafo 1º do art. 213 da Constituição Federal; *PLC nº 37/99, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); *PLS nº 36/99, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.318/91; *Mensagem nº 98/99, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 2,2 bilhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil; e "Ofício "S" 28/99, relativo à operação de emissão de Bônus Global pela República Federativa do Brasil, concluída em 30 de abril último, no valor de US\$ 3 bilhões. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Subcomissão Permanente do Idoso

Pauta: "Audiência pública com Renato Maia Guimarães, presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, e Jorge Alexandre Silvestre, coordenador do Programa de Atenção à Saúde do Idoso, do Ministério da Saúde, com a finalidade de prestar informações e apresentar proposições com relação às ações de seguridade, abrangendo os aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo e atos de assistência e defesa da saúde do idoso. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: *PLS nº 41/99, dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio do Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil; *PLS nº 111/99, institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 340/99, dispõe sobre a Instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; *PLS nº 218/99, denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Uned) de Colatina; *PLS nº 427/99, altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá; *PLS nº 512/99, denomina Rodovia Luiz Carlos Prestes o trecho que especifica da Rodovia BR-020; *PLS nº 491/99, altera a redação do artigo 9º da Lei 9.615/98, que institui normas gerais sobre desportos; *PLS nº 202/99, introduz modificações na Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; e os *PDLs nºs 144, 194, 114, 172, 182, 185, 175, 220, 181, 188, 190, 107, 191, de 1999 e 141/95, que aprovam o ato que renova e outorga a concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h — CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Reunião interna. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Educação

Pauta: "Audiência pública para instruir o *PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *PLC nº 7/99, institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); e *PDL nº 21/99, aprova o texto do Convênio de Cooperação Educativa, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *PL nº 22/99-CN, abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 191 milhões para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento; *PL nº 27/99-CN, abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 141,8 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento; *PL nº 30/99-CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 57,6 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento; e *PL nº 11-B/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 76 milhões, para fins que especifica. *Planário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-feira (27.10.99)

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 11/99, define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; *PDL nº 68/98, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Mantiqueira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niquelândia (GO); *PDL nº 97/98, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Paraibana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa (PB); *PDL nº 98/98, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio - Emissoras Regionais de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Registro (SP); *PDL nº 160/99, aprova o ato que renova a concessão deferida à Televisão Capital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Brasília (DF); substitutivo do Senado ao *PLC nº 25/93, dispõe sobre o acréscimo do inciso VII do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho; *Requerimento nº 590/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre o PLS nº 74/99 - Complementar, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; *Requerimento nº 597/99, do senador Iris Rezende, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 374/99, de sua autoria; e *Requerimento nº 610/99, solicita a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 244/99, de sua autoria.

Quinta-feira (28.10.99)

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Substitutivo do Senado ao *PLC nº 94/94, acrescenta parágrafo 2º ao art. 482 da Consolidação

das Leis do Trabalho (comunicação por escrito, pelo empregador, quando houver demissão por justa causa); *PLC nº 49/98, cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o programa de vacinação em pessoas que alcançaram a terceira idade, internadas ou recolhidas em instituições geriátricas; *PLC nº 38/99, denomina "Rodovia Ulysses Guimarães" a BR-282; *PDL nº 3/96, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba (MG); *PDL nº 134/97, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de Russas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas (CE); *PDL nº 53/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Colonial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três de Maio (RS); *PDL nº 54/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à SPS Rádio e Publicidade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Torres (RS); *PDL nº 123/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canoas (RS); *PLS nº 255/97, fixa prazo para restituição do Imposto de Renda e proventos descontados na fonte; *Requerimento nº 611/99, do senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 73 e 113, de 1999, por regularem a mesma matéria; *Requerimento nº 629/99, do senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 233/99, de sua autoria; *Requerimento nº 619/99, do senador Geraldo Cândido, solicitando que sobre o PLS nº 233/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; e *Requerimento nº 632/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 266/96 e 560/99, por regularem a mesma matéria. Hora do Expediente: Dedicada ao 75º aniversário de fundação dos Diários Associados. Sexta-feira (29.10.99)

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira (27.10.99)

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 46/99, dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, AMBS de 24 de julho de 1991; e "Audiência pública com o diretor de Administração e Finanças do Indesp, Luiz Antonio Buffara, e o ex-presidente do Indesp, Manoel José Gomes Tubino, com a finalidade de esclarecer denúncias de corrupção relacionadas com a abertura de salões de bingo no país. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal; *PDL nº 47/99, dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); *PLC nº 35/99, altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501/86; *PLC nº 34/99, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; e *PEC nº 37/99, cria o Conselho Nacional de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h30 — Comissão de Educação

Pauta: Reunião extraordinária para a realização do Dia da Educação. Abertura: Apresentação dos objetivos do evento — senadora Emília Fernandes Palestrantes: Renato de Oliveira, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); Carlos Augusto Abicalil, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e Selma Garrido Pimenta, professora da Faculdade de Educação da USP. Homenagem póstuma ao ex-senador João Calmon — palestrantes: senadores Luzia Toledo, Gerson Camata e Freitas Neto. Encerramento: Descerramento da Galeria dos ex-Presidentes da Comissão. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Médicos e dentistas podem ter novo piso salarial

Projeto está na pauta do Senado e deve ser apreciado hoje. Senadores também poderão votar em segundo turno proposta de emenda à Constituição que detalha os poderes das comissões parlamentares de inquérito

Os senadores devem examinar, na sessão de hoje, projeto de lei da Câmara que atualiza monetariamente o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, instituído em 1961. O valor a ser fixado é de R\$ 988,41 para médicos e dentistas e de R\$ 140,00 para auxiliares de laboratório e de radiologia.

O novo salário mínimo das categorias será aplicado para uma jornada de quatro horas diárias.

O projeto estabelece ainda que, mediante acordo escrito, poderá o horário de trabalho diário ser acrescido em duas horas, que serão pagas a título de horas extras.

O plenário também deve votar, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que detalha os poderes das comissões parlamentares de inquérito. A alteração prevista torna explícito, no texto da Constituição, o direito de a CPI que-

brar o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados pela comissão.

Outro item constante da pauta de apreciações é o projeto de decreto legislativo que aprova a adesão do Brasil ao texto do Acordo de Cooperação, no domínio do desporto, com os outros países de língua portuguesa — as Repúblicas de Cabo Verde, Popular de Angola, da Guiné-Bissau, Popular de Moçambique, Portuguesa e Demo-

crática de São Tomé e Príncipe.

Também devem ser analisados outros dois projetos de decreto legislativo. Um que aprova o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul e outro referendando o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

Ainda estão previstas as votações de três projetos de renovação ou concessão de rádio e tele-

visão. Um aprova a renovação da concessão da Rádio Difusora Santarritense Ltda., da cidade de Santa Rita do Sapucaí (MG). Outro autoriza a renovação da concessão da Rádio Princesa do Sul Ltda., localizada em Goiatuba (GO), e um terceiro aprova a outorga da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens à Fundação Agripino Lima, sediada na cidade de Presidente Prudente (SP).

Congresso aprecia hoje 27 medidas provisórias

O Congresso Nacional se reúne hoje, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, para apreciar 27 medidas provisórias. Entre elas está a MP que estabeleceu novos critérios para o cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

De acordo com a MP, os encargos passaram a ser reajustados a partir da variação do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), acrescida da taxa efetiva de juros de 8% ao ano.

Também consta da pauta do Congresso a medida provisória que criou o Programa de Demissão Voluntária no Poder Executivo. A MP instituiu ainda a jornada de trabalho reduzida, com salário proporcional, e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em dinheiro.

Os parlamentares devem deliberar ainda sobre a MP que mudou a legislação do Imposto de Renda, das contribuições para a Seguridade Social (Cofins) e para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).



Entre as MPs que o Congresso discute hoje está a que trata dos fundos constitucionais de financiamento

Subcomissão quer melhorar assistência médica a idoso

A Subcomissão Permanente do Idoso, sob a presidência do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), realiza hoje, às 11h, audiência pública destinada a discutir propostas de melhorias nos serviços de saúde oferecidos às pessoas de idade avançada. Serão ouvidos o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Renato Maia Guimarães, e o coordenador do Programa de Atenção à Saúde do Idoso, do Ministério da Saúde, professor Jorge Alexandre Silvestre.

CAE examina emissão de bônus do governo federal e operações de crédito

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje para examinar e votar uma pauta de oito itens, entre os quais um ofício do Banco Central que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de emissão de bônus global do governo brasileiro, no valor de US\$ 3 bilhões, em títulos no mercado internacional.

A operação, concluída no dia 30 de abril deste ano, beneficiou o Brasil, proporcionando a redução nominal de US\$ 193,4 milhões da dívida externa, segundo o relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), que deu parecer favorável ao relatório do BC.

De acordo com o Regimento Interno da Casa, o senador conclui pelo arquivamento do relatório.



Fogaça deu parecer favorável à emissão de bônus do governo

Segundo Fogaça, essa é a terceira operação de troca de títulos da dívida já realizada que o BC encaminha ao Senado. Ele citou outras vantagens com a operação, tais como a redução de US\$ 264,5 milhões no fluxo de pagamentos até abril de 2001 e o ganho de US\$ 25 milhões na troca dos títulos, devido

ao alongamento da dívida.

Os senadores da comissão vão votar também projeto de resolução do senador Luiz Otávio (PPB-PA), com parecer favorável ao pedido do Executivo para contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$ 2,2 bilhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A matéria já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e deverá ser submetida ao plenário após

passar pela CAE.

Outro pedido de crédito a ser analisado é para a prefeitura de Três Palmeiras (RS), no valor de R\$ 112,4 mil (a preços de 30/10/98), com o Fundo de Desenvolvimento ao Programa de Melhoria Social (Fundopimes).

Os demais projetos que estão na pauta da CAE tratam do programa de apoio à cultura; da alteração da Resolução nº 96, que dispõe sobre operações de crédito externo da União; e de multa incidente sobre débitos das prefeituras com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS). Está previsto ainda o exame de projeto que trata da emissão de valores mobiliários representativos de dívidas de sociedades controladas pela União, estados, municípios e do Distrito Federal, além de proposta de regulamentação de dispositivo constitucional sobre a concessão de bolsas de estudo a estudantes carentes.

Comissão analisa recursos para o Executivo

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 18 horas, para examinar projeto de lei que abre no Orçamento crédito especial em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 76 milhões. Os recursos permitirão a melhoria das condições operacionais do Porto de Santos. O projeto é relatado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), favorável à aprovação, nos termos de substitutivo que apresenta.

Além dessa matéria, senadores e deputados apreciam a abertura de créditos suplementares no Orçamento, em favor de órgãos do Executivo, no valor total de R\$ 390,5 milhões.

PRAZOS PARA EMENDAS

O prazo para a apresentação de emendas ao Orçamento da União para o ano 2000 e ao Plano Plurianual (PPA) de 2000 a 2003 se encerra amanhã. As emendas serão examinadas pelos relatores setoriais.

Jucá propõe transformação da Funai em agência de proteção indígena

Ao anunciar que apresentará nos próximos dias projeto nesse sentido, o senador sugere a busca de articulação entre vários órgãos do governo que ainda têm atuações isoladas

A intenção de transformar a Fundação Nacional do Índio (Funai) em Agência de Proteção e Desenvolvimento Indígena (Apodi) foi anunciada ontem pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que vê na iniciativa a oportunidade para que o órgão articule a atuação dos diversos setores do governo e das organizações não-governamentais ligadas à questão. O senador prometeu apresentar projeto nesse sentido ainda no decorrer desta semana.

Lembrando que foi presidente da Funai por três anos e sob o comando de três ministros distintos, durante o governo de José Sarney, Jucá entende que a realidade indí-

gena mudou. Se no passado era importante a Funai fazer intervenções diretas, já que atuava isolada e sozinha em 8% do território nacional, chegou a hora de induzir e buscar a participação da sociedade.

— Temos visto várias ONGs e segmentos religiosos atuando na questão indígena. Aprovamos no Senado lei que vai abrir a mineração em terra indígena de forma controlada e esse projeto está tramitando celeremente na Câmara dos Deputados. Vimos o controle da saúde indígena passar da Funai para a Fundação Nacional de Saúde. Estamos discutindo o fortalecimento da atuação do Ministério da Edu-

cação e formas de apoiar a produção agrícola. Chegou a hora, então, de a Funai articular a atuação desses diversos segmentos — disse Jucá.

Em aparte, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) apoiou a proposta de Jucá e informou que vai apresentar projeto transformando a Fundação Nacional de Saúde — “hoje um mero cabide de emprego e de protecionismo político e de corrupção” — em Agência Nacional de Saúde.



Romero Jucá recordou os três anos em que atuou como presidente da Funai

Tião Viana pede à AMB que reveja posição contra novos cursos de Medicina

Em apelo dirigido à Associação Médica Brasileira (AMB), o senador Tião Viana (PT-AC) solicitou ontem que a entidade reflita profundamente sobre a questão de se criarem ou não novas faculdades de Medicina no país, preocupando-se em não incorrer em preconceito ou discriminação contra profissionais formados nas regiões mais pobres.

A AMB, explicou Viana, tem declarado “de maneira clara e objetiva que é contra a criação de novos cursos”, posição que é também a do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CRM-SP), responsável pelo seguinte *slogan* de propaganda: “Novas escolas de Medicina fazem mal à saúde”.

Na opinião do senador, que reconhece “uma carência absoluta” em áreas especializadas no tratamento de doenças comuns à população brasileira, a AMB não tem clareza sobre se há excesso ou escassez de profissionais médicos no Brasil.

— Na Amazônia há municípios com mais de 20 mil habitantes sem um único médico — exemplificou Tião Viana, salientando que cerca de oito mil estudantes brasileiros cursam Medicina em faculdades bolivianas.

Para Tião Viana, a AMB deve se concentrar na discussão de qual o perfil do profissional médico de



Tião Viana observa que na Amazônia há municípios com mais de 20 mil habitantes sem médicos

que o país necessita.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) confirmou que estudantes dos estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso estão procurando faculdades bolivianas por falta de vagas em suas regiões. Outro indicador da carência desses profissionais na região Norte estaria no número de solicitações que ele recebe em seu gabinete, para que encaminhe pedidos de regularização de diplomas de médicos estrangeiros. “Admito que é preciso fixar critérios para a criação de novos cursos, mas sem discriminação”, disse. O senador Ernandes Amorim (PPB-RO), também em aparte, afirmou que o Norte não tem médicos em número necessário.

Comissão de Educação discute projeto que cria semana de combate ao câncer de próstata

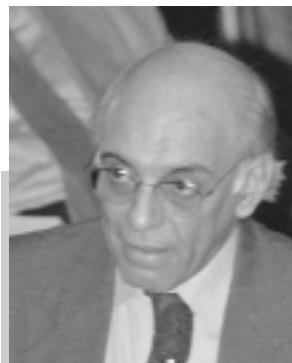
Com o objetivo de reunir subsídios para a votação de projeto de lei que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata, a Comissão de Educação (CE) realiza hoje, às 17h30, audiência pública com cinco médicos e com a autora da proposta, deputada Telma de Souza (PT-SP). Os médicos convidados são Álvaro Sarkis e Sami Arap, da Faculdade de Medicina da USP, José Kogute e Maria Inês, do Instituto Nacional do Câncer, e Ronaldo Damião, da Sociedade Brasileira de Urologia. O relator da matéria é o senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Pela manhã, em reunião prevista para as 11h30, a comissão aprecia, entre outras matérias, projeto que dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e a transformação do prédio no Museu da História do Rádio no Brasil. O projeto, de autoria do senador Artur da Távola (sem partido-RJ), recebeu parecer favorável do senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

Também deverá ser examinado pela CE o projeto que cria o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. A senadora Marina Silva (PT-AC)

é a autora da proposição, que tem parecer favorável do senador Sebastião Rocha. A comissão, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), também poderá deliberar sobre projeto que institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano, de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES). O parecer da relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), é favorável.

Será ainda examinado pela comissão projeto de autoria dos senadores Luzia Toledo e Gerson Camata que denomina “Senador



Artur da Távola apresentou projeto que cria o Museu da História do Rádio no Brasil

João Calmon” a Escola Técnica Federal do Espírito Santo. O projeto tem parecer favorável do senador Paulo Hartung (PPS-ES). Também consta da pauta, com parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que denomina “Rodovia Luiz Carlos Prestes” um trecho da BR-020.

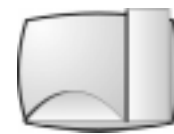
Todas essas matérias têm caráter terminativo e, se forem aprovadas e não receberem recurso para que sejam examinadas pelo plenário, seguirão direto para a Câmara dos Deputados.

CPI do Judiciário ouve na quinta desembargador de Mato Grosso

A Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário ouvirá na quinta-feira, às 10 horas, o depoimento do desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Odiles de Freitas Souza. O magistrado foi acusado pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no início de setembro, de ter ligações com o narcotráfico, segundo denúncia recebida pela CPI.

No seu depoimento, o magistrado também deverá falar sobre as denúncias feitas, perante a CPI, pelos advogados Elarmin Miranda e Marco Aurélio Ferreira, de um episódio de compra de resultado de sentença emitida pelo TJ de Mato Grosso. Odiles Souza foi um dos três desembargadores a atuar no caso.

Poderes das comissões em debate na TV Senado



O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o professor de Direito Constitucio-

nal da UnB e procurador da República, Humberto Jacques, são os convidados do programa *Debate*, da TV Senado, que discute hoje os poderes das CPIs. O programa vai ao ar às 9 horas e às 21h30. Os dois convidados comentam, entre outras questões, a proposta de emenda constitucional que explicita os poderes das CPIs no que diz respeito à quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico e à busca e apreensão de documentos dos investigados.

Tebet explica que o objetivo da emenda é aparelhar o Congresso para que este possa corrigir as injustiças da sociedade brasileira, dizendo que esta, hoje, pressiona o poder público para responder a este anseio. O professor Humberto afirma que é preciso dessacralizar o sigilo bancário e fiscal. “É preciso sair da fumaça levantada pelas investigações e pelas denúncias e chegar ao fogo propriamente dito, que é o exato momento em que o ilícito é cometido.”

Patrocínio cobra solução para mau uso de imóveis do governo

Senador afirma que bens, avaliados em R\$ 400 bilhões, deverão ter uma nova destinação, com venda dos desnecessários, aumento dos valores de aluguel e doações para fins sociais

O governo federal poderá ter uma renda mensal de até R\$ 500 milhões caso execute uma reforma em seu patrimônio, como vem anunciando há anos, afirmou ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). A reforma prevê a venda de imóveis desnecessários, o aumento dos valores de aluguel de outros e a doação de alguns para fins sociais.

— O governo tem hoje 3 milhões de imóveis, usados por órgãos e empresas públicas, alugados ou abandonados, e que valem a quantia astronômica de R\$ 400 bilhões. O aluguel ou a cobrança de taxa de aforamento vem oferecendo à União apenas R\$ 121 milhões por ano. Estes números mostram o quanto é urgente a reforma patrimonial — disse o senador.

Patrocínio informou que levantamento concluído pela Secretaria do Patrimônio da União revelou situações curiosas e que só a reforma patrimonial poderá resolver. Constatou-se que a União é dona até mesmo de hotéis, como o Hotel das Cataratas, em Foz de Iguaçu, alugado a uma subsidiária da Varig “por apenas R\$ 19 mil por mês”, um valor irrisório comparando-se com a diária da suíte presidencial do hotel, de R\$ 1.200,00, sustentou.

O levantamento revelou ainda que pertencem à União as terras do luxuoso condomínio

Alphaville, situado a cerca de 30 quilômetros da cidade de São Paulo. Construído sobre terras de antigas aldeias indígenas, conforme o senador, o imóvel vem sendo regularizado pelo governo federal, que venderá os terrenos aos atuais ocupantes.

Carlos Patrocínio defendeu a idéia de se transformar os imóveis com potencial turístico, como fortes e faróis, em hotéis e pousadas, em parceria com a iniciativa privada, a exemplo do que acontece na Europa. “A

União é a maior imobiliária do Brasil, mas não me incluo entre os que pregam a total destituição do patrimônio pelo Estado”, assinalou.

Patrocínio recebeu apoio, em aparte, dos senadores Lomar Quintanilha (PPB-TO) e Ernandes Amorim (PPB-RO). Amorim lamentou que o governo, com tanto patrimônio imobiliário e com valor tão elevado, insista em cobrar previdência dos aposentados do serviço público.



Carlos Patrocínio calcula que governo poderá ter uma renda mensal de R\$ 500 milhões

Amorim vê alternativa à taxa de aposentados

Vender ou arrendar de forma transparente e correta os imóveis pertencentes ao governo federal, inclusive os do INSS, que não estão sendo utilizados pela administração pública. A alternativa foi proposta ontem pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO) como uma forma de o governo, com os recursos arrecadados, deixar de instituir a cobrança previdenciária aos aposentados.

Para poder colocar em prática a sua idéia, o senador por Rondônia defendeu a criação, pelo Senado, de uma comissão para fazer um levantamento de todos os imóveis que são do governo e que não estão sendo utilizados. A estimativa de Ernandes Amorim



Ernandes Amorim afirma que venda de imóveis é a solução

é de que, com venda e arrendamento, a União poderia arrecadar mais de R\$ 1 bilhão.

— Enquanto o governo não acabar com os juros altos, com os “caveiras” que vivem dessa cobrança de juros, não adianta aumentar imposto nem cobrar previdência de aposentado. Não é alimentando agiotas que o governo vai tirar o Brasil da miséria para a qual está se encaminhando — opinou Ernandes Amorim.

O senador informou ainda que encaminhou requerimento solicitando que o governo de Rondônia, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Assembléia Legislativa do estado encaminhem toda a documentação referente a um contrato de abertura de crédito firmado com o governo federal. Ele julgou que o acordo é prejudicial ao estado, que teve sua dívida aumentada de R\$ 160 milhões para aproximadamente R\$ 600 milhões.

Arruda garante que sempre lutou por verbas para o DF

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) rebateu ontem críticas feitas a ele pelo ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque (PT), em entrevista à revista *Veja* desta semana. “Ele afirma que inviabilizei um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para Brasília. Estou surpreso com essa citação injusta”, disse.

Segundo Arruda, o ex-governador é um mal-agradecido. “Como senador, sempre lutei

por verbas para o DF durante os quatro anos de sua gestão, apesar de não pertencer ao PT. Em 1994, os repasses federais foram da ordem de R\$ 1 bilhão, dobrando para R\$ 2 bilhões em 1998, com inflação de apenas 10%. Eu trabalhei muito para esse resultado.”

O próprio Cristovam Buarque, de acordo com Arruda, no segundo turno da campanha pela reeleição, reconheceu sua luta por recursos para o DF. “Agora ele me critica. Está sendo injusto e incoerente. Ou mentiu durante



Arruda rebateu acusação de Cristovam Buarque de que teria inviabilizado financiamento do BID

a campanha porque queria votos de meus eleitores, ou está mentindo agora. Confesso minha tristeza por ter que registrar esse comportamento do ex-governador”, afirmou.

O senador pelo DF garantiu que o dinheiro do BID não foi liberado por incompetência administrativa de Cristovam. “Ele não fez a

indispensável provisão orçamentária para a contrapartida do aporte do BID. Esse foi o motivo do malogro do negócio. Na época, fui ao ministro Malan para pedir liberação do empréstimo. Hoje continuo a lutar por ele, embora o governador Joaquim Roriz também não seja do meu partido”, concluiu Arruda.

Nabor analisa efeitos da eleição argentina

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) observou ontem que o futuro do Brasil está vinculado aos destinos da Argentina, ao analisar a eleição presidencial argentina que deu a vitória ao candidato Fernando de La Rúa, ainda no primeiro turno. “A eleição argentina é um fato novo, ainda em processo de consolidação, exigindo, portanto, muita cautela em suas análises. O chamado “efeito Orloff”, que prevê a repetição no Brasil de tudo o que ocorre no vizinho platino, tem sido uma constante nos últimos anos. Por isso, devemos estar atentos às primeiras atitudes do novo presidente, pois o que tivemos, até agora, deve ser tratado apenas como manifestação de intenções e promessas de campanha”, alertou o senador.

Nabor Júnior ressaltou a rapidez do presidente Fernando Henrique Cardoso, o primeiro chefe de Estado a cumprimentar o novo governante argentino. Segundo o senador, essa presteza demonstra o interesse pela parceria com os vizinhos do Sul, “que têm tido dificuldades em virtude de algumas atitudes assumidas pelo presidente em final de mandato, Carlos Menem, de priorizar as relações de seu país com os Estados Unidos”.

O senador disse que a diplomacia brasileira espera ver concretizados os compromissos assumidos por Fernando de La Rúa, como não prosseguir com a política de alinhamento automático com os Estados Unidos e voltar-se para a integração regional. Para Nabor, tudo que o novo presidente argentino disser terá o respaldo que lhe conferiu seu povo e, portanto, deverá ser examinado pelo Brasil, levando em conta nossos próprios interesses e projetos.



Nabor Júnior: Brasil espera ver concretizados os compromissos de fortalecimento do Mercosul

Álvaro aplaude suspensão da licitação de satélite

Senador argumenta que a escolha da empresa estatal espanhola Hispasat constitui ameaça ao princípio da soberania nacional

Duas denúncias formuladas nas últimas semanas pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) em plenário já produziram resultados, segundo informou ontem o parlamentar. A Justiça concedeu liminar proibindo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de homologar a licitação que concede à empresa estatal espanhola Hispasat o direito de explorar satélite de comunicação brasileiro, enquanto o ministro dos Transportes cancelou o resultado da licitação da Estrada da Ribeira, entre Paraná e São Paulo, que estaria superfaturada em 30%.

A soberania brasileira está ameaçada com a possibilidade de a estatal espanhola explorar satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações, segundo Álvaro Dias, já que a Hispasat é instrumento de política pública do governo espanhol. O senador lembra que o princípio da soberania é previsto em vários artigos da Constituição federal brasileira.

Álvaro Dias ressalta que a Hispasat não poderia nem mesmo participar da concorrência, já que, segundo o edital, empresa estrangeira teria que integrar consórcio com empresa brasileira. A empresa também não pre-



Álvaro Dias também saudou o cancelamento da licitação da rodovia entre Paraná e São Paulo

enche várias outras exigências, como as declarações de registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – Crea – e de que tem em seu quadro permanente profissional com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

– Não se trata de xenofobia, mas uma súplica à observação da disposição expressa da lei. Ela veda a dependência de nossas telecomunicações à ingerência de qualquer Estado estrangeiro, pois isto significa desrespeito e ameaça à nossa soberania e à nossa

independência. Num momento de globalização como o que enfrentamos neste fim de século, esta questão ganha ainda mais importância quando o setor econômico em discussão é atividade essencial ao Estado e à população – disse o senador.

Advertindo que o governo perde a credibilidade quando não assume compromisso de combate implacável à corrupção, ele aplaudiu a decisão do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que cancelou o resultado da licitação da Estrada da Ribeira. Segundo Álvaro Dias, o preço da obra está superfaturado em 30%, causando prejuízo de R\$ 14 milhões aos cofres públicos. Álvaro reconhece a importância da estrada e espera que ela seja contratada por preço justo.

Álvaro Dias prometeu ainda novo pronunciamento para amanhã, depois da acareação que será realizada pela manhã na Comissão de Assuntos Sociais entre o diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (Indesp), Luís Antônio Bufara, e o ex-presidente do órgão, Manoel José Gomes Tubino, a respeito de denúncias envolvendo o Ministério do Esporte e Turismo em irregularidades na administração dos bingos.

Ramez Tebet critica regras atuais do crédito educativo

Regras semelhantes às do sistema bancário estão inviabilizando o crédito educativo, na opinião do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Depois de muito tempo desativado, o programa voltou a funcionar com novas normas, mas, de acordo com o senador, não é acessível aos estudantes pobres.

– O sistema está piorando em vez de melhorar. Todas as semanas recebo em meu estado um grande número de jovens sem recursos, quase pedindo auxílio para custear seus estudos, já que não conseguem arcar com o crédito educativo – disse Tebet.

O senador explicou que agora o estudante paga juros de 9% ao ano pelo empréstimo contraído junto à Caixa Econômica Federal, mas não tem o pedido deferido se deixar de apresentar fiador com renda mensal equivalente ao dobro do valor da prestação. E ao final do curso, o devedor não tem direito a prazo de carência, obrigando-se a arcar com a primeira parcela logo depois de receber o diploma.

– Assim o crédito educativo está fortalecendo as instituições privadas de ensino – afirmou Tebet.

A escola pública é o “caminho natural” para os filhos das famílias pobres, segundo o senador por Mato Grosso do Sul, mas o seu papel está hoje desvirtuado no que diz respeito ao ensino universitário gratuito.

– Os ricos é que estudam nas universidades públicas – disse Tebet, apoiado em aparte pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que usou como imagem dessa inversão os estacionamento lotados de carros de luxo nas instituições de ensino estatais.

Ramez Tebet também foi apoiado em apartes pelos senadores Ernandes Amorim (PPB-RO) e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

– Se eu tivesse que pagar juros de mercado, jamais teria pago o crédito educativo e terminado um curso superior – testemunhou Ernandes Amorim.



Segundo Tebet, os juros e as condições de pagamento são inacessíveis para os pobres

Ademir condena plano de demissão do Banco do Pará

Ao manifestar discordância com a decisão do Banco do Estado do Pará (Banpará) de lançar um plano de demissão voluntária e incentivada, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apelou ao governador do estado, Almir Gabriel, para que se posicione em defesa dos funcionários. Ele reconheceu a necessidade de reestruturação da política de pessoal do banco, mas sustentou que isso pode ser feito sem o desmantelamento de sua estrutura administrativa e do grande patrimônio que seus recursos humanos representam.

Na opinião de Ademir Andrade, em vez de reduzir sua estrutura, o Banpará deveria crescer, projetar-se e multiplicar postos de atendimento em associação com prefeituras, para oferecer mais serviços às comunidades que precisam de créditos. O senador referiu-se ao fundo de desenvolvimento estadual, formado com uma parcela da arrecadação do ICMS para incentivar o setor produtivo.

Para Ademir, o governo deveria ampliar o espaço de ação do Banpará, em vez de propor medidas resultantes de pressões das autoridades federais, “que defendem a privatização das instituições financeiras estaduais e os interesses do setor privado, ávido de lucros”. Ressaltando a angústia que domina os funcionários do banco, Ademir Andrade também afirmou que,



Ademir acredita que as medidas adotadas no Pará resultam de pressão das autoridades federais

atualmente, “conseguir um novo emprego é um verdadeiro milagre”.

O senador também referiu-se à verdadeira batalha que foi travada no ano passado, no Senado, para conseguir a capitalização do banco e evitar o desemprego que se anuncia agora. “Os funcionários do Banpará contribuíram diretamente para a solução do problema”, lembrou ele, referindo-se ao fato de que os bancários abriram mão de 20% dos seus salários, durante um ano, para que a instituição conseguisse o equilíbrio exigido pelo Banco Central, sem fazer demissões. “Apenas nove meses após a aprovação desse projeto de capitalização, vem agora esse plano de demissão que mostra que o sacrifício dos funcionários foi inútil”, disse o parlamentar.

Sebastião Rocha destaca gestão do governador do Rio

Sem abrir mão da autoridade do cargo e dos princípios partidários, disse ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, mostra “que os governantes, se assim o quiserem, podem encurtar a distância que os separa de seus eleitores e produzir uma gestão legítima e participativa”.

O governador fluminense, conforme o senador, é, ao mesmo tempo, uma novidade e uma retomada da tradição política brasileira. Sem arrogância e distanciamento, afirmou Sebastião Rocha, Garotinho, como JK, foi capaz de pedir desculpas pelo erro da polícia estadual, protagonizando “a cena mais bonita da política brasileira nos últimos tempos”. As forças policiais, que haviam subido o Morro da Mangueira para achar traficantes, mataram um garoto de 14 anos.

Em termos econômicos, o estado do Rio de Janeiro registrou um crescimento industrial de 5,3%, enquanto o país regrediu 2,3%, e há ainda aplicações de US\$ 10,4 bilhões em infra-estrutura e de US\$ 5,6 bilhões para a implantação de 204 projetos industriais, mencionou o senador.

– Garotinho reacendeu na população fluminense a auto-estima e o orgulho de morar e trabalhar no Rio de Janeiro – afirmou.

Sebastião Rocha fez ainda quatro registros em seu pronunciamento. Ele convidou os senadores a participarem de audiência pública, às 17h30 de hoje, na Comissão de Educação, onde será discutido o projeto que institui a Semana de Combate ao Câncer de Próstata, para o qual foi designado relator.

Num segundo registro, o senador aproveitou a comemoração do aniversário de nascimento de Darcy Ribeiro para destacar a vigência de projeto de resolução que instituiu o Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro, concedido a pessoas físicas e jurídicas que defendem causas relevantes à educação nacional. A primeira concessão do prêmio ocorrerá no ano que vem e os interessados devem inscrever seus trabalhos até 31 de agosto de 2000.

O senador também informou que a Executiva Nacional do PDT se reunirá para, entre outros assuntos, apreciar convite feito ao líder do



Rocha diz que o governador Garotinho “reacendeu a auto-estima da população fluminense”

partido na Câmara, deputado Miro Teixeira, para que este se reúna com a assessoria direta do presidente da República. Como não poderá comparecer à reunião partidária, Sebastião Rocha antecipou sua posição, favorável ao encontro, mas sob a condição de que ele se dê no Congresso Nacional, a seu ver, o fórum mais adequado.

Finalmente, o senador registrou que Anthony Garotinho, autor do livro *Violência e Criminalidade*, foi agraciado com o Prêmio da Paz, conferido pela Universidade pela Paz, da Organização das Nações Unidas (ONU), a personalidades que se destacaram na luta contra a violência.



Lúcio Alcântara afirma que não há motivos para comemoração do Dia Mundial da Alimentação

Alcântara lamenta índices de má nutrição no mundo

Ao registrar a passagem do Dia Mundial da Alimentação, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou não haver motivos para comemoração, uma vez que 800 milhões de pessoas sofrem de má nutrição crônica no mundo, somente nos países em desenvolvimento.

Segundo Alcântara, desse total, mais de 190 milhões são crianças menores de cinco anos de idade, com deficiências de ingestão de proteínas e calorias. "Outras centenas de milhões são vítimas de diversos transtornos como atrasos de crescimento, bócio e cegueira parcial ou total porque em sua alimentação faltam vitaminas e minerais essenciais", ressaltou.

Em relação ao Brasil, "os dados são estarrascadores", disse o senador. Segundo informou, cerca de 44% da população brasileira do meio rural, justamente onde os alimentos são produzidos, vive abaixo da linha de pobreza, em condições subumanas. "Embora existam divergências de dados, não podemos deixar de reconhe-

cer, numa data significativa como esta, que a fome no país exige providências urgentes", alertou.

Alcântara lembrou que a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) das Nações Unidas acredita que a chave para derrotar a fome está nos esforços que podem ser feitos pela juventude. "A meu ver, os 17% de jovens de uma população de seis bilhões de habitantes do planeta precisam ser conscientizados da gravidade do problema e das conseqüências desastrosas para o futuro da humanidade."

Ao finalizar seu pronunciamento, Lúcio Alcântara destacou que a providência mais imediata para permitir que os países em desenvolvimento reduzam seus níveis de pobreza é dedicar mais atenção ao setor agrícola. "No caso do Brasil, onde abundam as terras agricultáveis, providências nesse sentido têm grandes possibilidades de êxito", afirmou.

O Dia Mundial da Alimentação é comemorado em 16 de outubro, mesmo dia da fundação da FAO.

Luiz Estevão pede reflexão sobre cobrança de inativos

Senador pergunta se não se estaria impondo um "sacrifício desmedido e injusto a todos aqueles que por tantos anos contribuíram para a Previdência"

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) pediu ontem que as duas Casas do Legislativo reflitam sobre as mudanças que o governo deseja fazer na cobrança da contribuição previdenciária. Ele lembrou que a cifra de R\$ 1,2 bilhão que o governo pretende arrecadar representa o equivalente a três dias de pagamento dos juros da dívida interna. Em sua opinião, esse poderá ser um sacrifício injusto e desnecessário para a população e "uma pseudo-solução".

"Será que esse número justifica todo o encargo que se busca colocar em cima daqueles que, durante tantos anos, contribuíram para a Previdência, aceitando regras então vigentes?", indagou o parlamentar. Ele chamou a atenção para a injustiça a que se submete o contribuinte que, ao final do tempo de contribuição e início da percepção da aposentadoria, descobre que as regras do jogo não serão mais mantidas. "O que significa R\$ 1,2 bilhão em relação ao Orçamento Geral da União?", questionou Estevão, pedindo a meditação dos senadores.

O senador indagou se os formuladores da política econômica não estão querendo, com essas mudanças, impor "um sacrifício desmedido e injusto àqueles que, por tantos anos, contribuíram para a Previdência". Também questionou se o governo não estaria priorizando uma medida de grande dificuldade de aprovação no Legislativo e de pouquíssimo efeito prático e financeiro sobre as contas do Tesouro.

Segundo Estevão, o país está deixando de discutir seus verdadeiros problemas e as reais causas do déficit público e do crescimento acelerado da dívida interna. No seu entender, estão concentrando as lideranças pensantes do país na discus-



Estevão defende como alternativa um melhor equacionamento da dívida interna

são de uma matéria injusta, equivocada e que sacrificará a população, com resultado insignificante. Para ele, bastaria um melhor equacionamento da dívida interna brasileira e um alongamento do seu perfil para que cessasse a necessidade de o go-

verno se financiar praticamente a cada dia e para que a população fosse poupada de tanto sacrifício.

Para Estevão, o Brasil está atacando com uma medida radical e injusta algo que pode ter um resultado modesto, enquanto deixa de lado o exame das verdadeiras causas dos problemas da Previdência. Em aparte, os senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Ramez Tebet (PMDB-MS) o apoiaram para dizer que a sociedade espera uma solução positiva e definitiva para a Previdência e não sua falência. O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) afirmou que o próprio Legislativo costuma fazer leis ambíguas que, posteriormente, levam a decisões contraditórias do Judiciário. Em sua opinião, "estamos marchando para uma situação de caos irremediável".

Senador aponta evasão fiscal na exportação de cigarros

Referindo-se a notícia publicada pela revista *Veja* sobre o crescimento da produção e a redução do consumo de cigarros no Brasil, o senador Luiz Estevão disse ontem que esses dados precisam ser lidos com atenção. "Será que o Brasil produz 173 bilhões de cigarros, consome apenas 97 bilhões e exporta 80 bilhões, ou seja, quase tanto quanto consome?", indagou o parlamentar, para concluir que esses números revelam uma grave evasão fiscal.

"Aonde vai esse cigarro, com isenção de ICMS e IPI, e que é exportado a um preço que é cerca de 35% do cobrado do revendedor em nosso país, o qual paga os seus tributos?", questionou o senador.

Para Luiz Estevão, essa é uma exportação falsa, em que os cigarros são presumidamente enviados para países vizinhos, mas não chegam a sair do Brasil, "numa inacreditavelmente grande rede de sonegação de tributos". Em sua opinião, o Brasil poderá encerrar essa fraude aprovando o projeto em que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) exige que todos os cigarros destinados a exportação tenham uma tarja registrando que o produto não pode ser vendido no mercado interno.

Aprovado o projeto, acredita Estevão, o Brasil terá "o fim da sonegação, o fim do falso exportador e o aumento da arrecadação fiscal".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h — Saúde Todo Dia — Atividade: Baixo impacto
6h30 — Especial Unip — Assunto: Alergias (2ª parte)
6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Atividade: Biodança
7h30 — Especial Unip — Assunto: Alergias (2ª parte)
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — Entrevista — O senador Lúcio Alcântara fala sobre federalismo e democracia
8h55 — Senado em Pauta
9h — Debate — O senador Ramez Tebet e o procurador da República Humberto Jacques falam sobre aumento de poderes dos CPs
9h55 — Senado em Pauta
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após, Subcomissão do Idoso
14h — Entrevista — O ministro Waldeck Ornelas fala sobre o sistema de previdência social brasileiro
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — Ministro Waldeck Ornelas
19h — Sessão do Congresso Nacional (ao vivo)
20h30 — Entrevista — Senador Lúcio Alcântara
21h — Jornal do Senado

21h30 — Debate — Senador Ramez Tebet e procurador da República Humberto Jacques
22h30 — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
11h30 — Comissão de Educação
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
Após a Sessão Plenária, transmissão ao vivo da Sessão Conjunta do Congresso Nacional
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Aprovado voto de pesar pela morte de Haroldo Cavalcanti

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento dos senadores Bello Parga (PFL-MA) e Edison Lobão (PFL-MA) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do empresário maranhense Haroldo Cavalcanti, ocorrido na semana passada, em Brasília. A Casa enviará condolências à família, ao governo do Maranhão e à Federação das Indústrias do estado (Fiema).

Segundo Parga, a classe empresarial do Maranhão está enlutada. "Podemos dizer que Cavalcanti morreu na trincheira, uma vez que se dirigia ao Rio de Janeiro para participar de uma reunião da Confederação Nacional da Indústria (CNI), na qualidade de conselheiro emérito, quando foi acometido de um infarto do miocárdio."

Ao lembrar a biografia de Cavalcanti, Bello Parga enalteceu sua

luta pelos ideais que norteiam a classe empresarial e disse que ele sempre defendeu a renovação dos equipamentos da indústria, como maneira de mantê-la competitiva. "Por ter sido defensor dos direitos constitucionais do ex-presidente João Goulart, foi posteriormente cassado da presidência da CNI pelos excessos que caracterizaram o regime discricionário da época", disse o senador.

José Jorge propõe incentivo a fontes alternativas de energia

Com o objetivo de estimular a geração de energia por fontes alternativas, como a fornecida por usinas eólicas, o senador José Jorge (PFL-PE) apresentou projeto de lei para garantir que o aproveitamento de novas fontes energéticas tenha as mesmas vantagens asseguradas pela legislação às pequenas centrais hidrelétricas.

A proposta modifica a lei que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 1996, estendendo ao aproveitamento de fontes alternativas de energia o percentual mínimo de 50% sobre os valores das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição.

Na justificativa do projeto, José Jorge esclarece que as pequenas centrais hidrelétricas, além da redução de mais de 50%, "podem comercializar energia elétrica para consumidores com carga igual ou maior a 500 quilowatts" e funcionar como sistemas de autoprodução, como produtores independentes e como parte do sistema interligado de energia elétrica.

A geração de energia eólica, explica, ainda está praticamente restrita aos países desenvolvidos, mas o potencial brasileiro é enorme, "principalmente na costa nordestina e em algumas áreas do sertão do São Francisco, onde a velocidade média dos ventos acima de 50 metros do solo ultrapassa os 30 quilômetros por hora".

Para a região, sistematicamente



José Jorge: fontes alternativas devem ter mesmas vantagens das pequenas centrais hidrelétricas

submetida ao dilema de empregar a água escassa em energia ou irrigação, "a produção de energia eólica viria possibilitar um emprego mais intenso da água na agricultura, mesmo nos meses secos ou nas grandes estiagens", justificou.

A concessão do benefício também às fontes alternativas de energia teria ainda a vantagem de estimular a geração de energia limpa e renovável, argumentou José Jorge. Ele informou que, somente nos primeiros anos da década de 90, a produção de energia eólica quintuplicou a potência instalada no mundo e que, "na Europa, projeta-se gerar por turbinas eólicas, até o ano 2020, cerca de 10% de toda a energia a ser consumida no continente".

Segurança no trabalho pode ter conselhos profissionais

Projeto de lei que autoriza a criação do Conselho Federal e dos conselhos regionais da profissão de técnico de segurança do trabalho deverá ser apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa.

A autora, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), diz que a iniciativa tem por objetivo a valorização da profissão de técnico de segurança do trabalho, que, segundo ela, torna-se cada vez mais importante no processo de prevenção de acidentes dentro das empresas:

"Não se trata de uma medida corporativa, antes, pelo contrário, é medida que visa salvaguardar a integridade da empresa e o exercício regular da profissão. Assim, é preciso que o Congresso Nacional faça a sua parte e ofereça condições legais para que seja instituído o Conselho Federal, preenchendo uma lacuna de mais de 14 anos", argumenta a senadora.



Para Emilia, os conselhos possibilitarão aperfeiçoamento dos profissionais do setor

A instituição dos conselhos profissionais, no entender da senadora, possibilitará o aprimoramento e a formação de mão-de-obra especializada, com o aumento do nível de instrução dos profissionais, que sentirão cada vez mais a necessidade de especialização em suas áreas de atuação.

Osmar Dias exige apuração de denúncias contra Greca

Senador paranaense critica FHC por não ter verificado a procedência das acusações contra o ministro do Esporte e Turismo

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso "não tem o direito de varrer para debaixo do tapete" as denúncias feitas contra o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, e o diretor de Administração e Finanças do Instituto Nacional do Desenvolvimento e do Desporto (Indesp), Luís Antonio Buffara. Os dois, segundo matérias publicadas na imprensa, estariam envolvidos em irregularidades na liberação de autorizações para abertura de casas de bingo.

Ao pedir a completa apuração das denúncias, o senador pelo Paraná lembrou que vários jornais, revistas de circulação nacional, emissoras de rádio e redes de televisão acusaram Luiz Antonio Buffara de ter cobrado propinas de US\$ 150 mil e US\$ 15 mil dólares para liberação de funcionamento de casas permanentes e eventuais de bingo, respectivamente.

"A denúncia diz que o dinheiro não era destinado ao caixa do governo, mas ia para a campanha de Greca. E foram liberados 91 bingos eventuais e sete permanentes no período em que ele é ministro. Não é difícil fazer a



Osmar Dias diz que CAS vai iniciar amanhã apuração das denúncias contra Rafael Greca

conta de quanto foi arrecadado para o caixa do ministro, se a denúncia for verdadeira", afirmou Osmar Dias.

O presidente Fernando Henrique foi criticado pelo senador por ter assinado decreto transferindo a prerrogativa de autorizar o funcionamento de novas casas de bingo para a Caixa Econômica Federal, em vez de ter determinado a apuração dos fatos. Osmar Dias disse que Fernando Henrique não pode acreditar ter resolvido o problema apenas com o decreto.

O senador informou que amanhã, às 9 horas, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) começará a apurar as denúncias contra o ministro do Esporte e Turismo. A comissão irá realizar uma audiência pública com a participação de Luís Antonio Buffara e do ex-presidente do Indesp, Manoel José Gomes Tubino. O senador sugeriu que a Comissão do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, convoque Rafael Greca para depor, já que, segundo ele, a imprensa noticiou a existência de dinheiro do tráfico de drogas no pagamento das propinas.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que, na condição de relator na CAS da lei que estuda a abertura de cassinos no Brasil, considera importante o esclarecimento das denúncias. Ele também colocou-se à disposição para, como presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, receber e estudar qualquer pedido de convocação para ouvir o ministro Rafael Greca. Osmar Dias adiantou que, ainda nesta semana, o plenário do Senado deverá decidir se convoca o ministro para prestar esclarecimentos à Casa.

Invasões de terras geram protesto de Moreira Mendes

As invasões de propriedades rurais pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) foram motivo de protesto por parte do senador Moreira Mendes (PFL-RO), que defendeu o respeito ao direito constitucional de propriedade e cobrou providências enérgicas dos governos federal e estaduais para execução sem demora de decisões judiciais.

"Em meu estado, Rondônia, e em várias outras unidades da Federação, a propriedade privada está deixando de ser respeitada, causando desordem, intranquilidade, prejuízos e problemas para as autoridades", afirmou.

Citando relatório da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), o senador disse que a impunidade tem incentivado as invasões de terras. Segundo ele, os números apresentados no documento demonstram um "perverso círculo vicioso" naquele estado. "Não sendo reprimidas pelas autoridades governamentais, as próprias invasões criam para os sem-terra a condição e o direcionamento para mais invasões."

Segundo Moreira Mendes, essa impunidade "é evidenciada pelo flagrante desrespeito à lei, pela violência ao

patrimônio privado e pelo desenvolvimento de uma estratégia que busca o confronto permanente com as instituições democráticas".

O senador informou que existem atualmente 117 propriedades invadidas no Paraná, totalizando cerca de 180 mil hectares de terras. Deste total, 51 propriedades já têm liminar de reintegração de posse, segundo ele.

Em Rondônia, prosseguiu o senador, o MST invadiu, em maio de 1997, a Fazenda Urupá, após vistoria do In-cra que constatou a sua produtividade. Em junho, a Justiça concedeu liminar pela reintegração de posse, mas a ordem não foi cumprida e a desocupação só ocorreu em novembro, após negociações. "No início deste mês, em sua edição de 6 de outubro, o jornal *O Estadão*, de Porto Velho, estampou a seguinte manchete: 'MST invade Urupá novamente'. Segundo a matéria, a causa foi a omissão deliberada do governo do estado, que está ignorando decisão do Tribunal de Justiça de Rondônia, tomada em 14 de abril deste ano, estabelecendo direitos e deveres para as duas partes envolvidas", informou.



Moreira Mendes pede respeito ao direito constitucional de propriedade

Moreira Mendes disse ainda que, de acordo com a ocorrência policial, as integrantes do MST invasoras da Fazenda Urupá estavam armadas com metralhadoras e fuzis AR-15 e foram treinadas por guerrilheiros do grupo terrorista Sendero Luminoso, do Peru.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a região Norte vem se tornando um campo fértil para a pregação revolucionária porque não há esperança de ser atingida pelo desenvolvimento. Jucá defendeu a união de esforços para a retomada de projetos e programas, como o Calha Norte, para a região, antes que ocorra uma convulsão social. As invasões, para o senador, são um sinal de alerta que deve servir como indutor de um novo projeto de desenvolvimento sustentável para a região.